

Crivella: um ano e nada a comemorar

O prefeito Marcelo Crivella completou um ano de mandato, mas a população e os servidores não tem nada a comemorar. Aquele que prometeu fazer um governo “que cuidaria das pessoas”, em doze meses de gestão não só deixou os serviços públicos à míngua, com hospitais funcionando de forma precária e escolas e creches enfrentando a falta de condições de funcionamento e de trabalho, como também promoveu uma série de ataques ao funcionalismo.

Os servidores municipais sofreram ao longo do ano de 2017 com a retirada de direitos e a falta de diálogo. Até hoje, o prefeito não recebeu o Movimento Unificado dos Servidores Municipais (MUDSPM RJ) em audiência. O Sepe também já tentou marcar uma reunião específica com Crivella para tratar dos problemas da rede municipal, mas também não obteve resposta.



**Ato unificado na prefeitura
no dia 19 de janeiro
(foto: Rafael Gonzaga)**

quer explicação. Em 2017, depois de muitos anos, o funcionalismo não teve qualquer reajuste salarial. A primeira parcela do 13º salário só foi depositada no final de novembro. Não satisfeito, o prefeito também alterou o calendário de pagamentos: agora, ao invés de receber até o

segundo dia útil, os servidores receberão até o 5º dia útil do mês vencido.

O plano de saúde também foi alterado e agora passou a ser com coparticipação dos servidores. Mudanças na aposentadoria também estão sendo estudadas, como a taxação dos inativos e o fim da paridade e da integralidade.

Só a luta pode garantir os nossos direitos (entretítulo)

Mas os servidores resistem e consolidaram o movimento de unificação das categorias em

luta contra os desmandos do prefeito. Vários atos já foram realizados na porta da prefeitura para cobrar audiência e exigir o cumprimento da lei.

Os protestos na prefeitura e a mobilização unificada são uma mostra de que o funcionalismo não vai aceitar calado os ataques do prefeito e irão à luta para garantir os seus direitos. Nenhum direito a menos, prefeito!

Ataques aos servidores municipais

Benefícios foram cortados sem qual-

Educação também foi alvo do descaso de Crivella e da SME

A rede municipal sofre com o desgoverno de Crivella. Em 2017, tivemos que enfrentar cortes de investimentos que fizeram escolas e creches funcionarem de maneira precária. Hoje, materiais básicos, como cópias xerox para materiais pedagógicos, falta de material escolar e precarização da merenda são uma realidade em nosso cotidiano.

Crivella e o secretário municipal de Educação, César Benjamin, mantiveram o processo de reestruturação iniciado pela gestão do ex-prefeito Eduardo Paes e incentivam a compressão de turmas e até mesmo o fechamento de unidades escolares, além da tentativa de mudança da matriz curricular. O 1/3 planejamento, aprovado em lei, até hoje não foi implementado pela SME.

Sepe vai à Justiça pelo reajuste de 2017

Na quinta-feira (dia 25/01), o Departamento Jurídico do Sepe distribuiu uma ação judicial pleiteando o reajuste que é devido junto aos vencimentos e proventos dos servidores públicos do Município do Rio de Janeiro no ano de 2017. O pleito do sindicato se baseia na efetividade do direito constitucional à revisão geral anual (art. 37, X) e da Lei Municipal nº 3.252 de 19.07.2001, que prevê a revisão pelo índice do IPCA-E.

O processo tramitará na 16ª Vara de Fazenda Pública.

Calendário da rede municipal:

01 a 08

Corrida às escolas para chamada da categoria.

Montagem dos vídeos nas escolas - como denúncia sobre a situação das unidades.

• **Dia 07 (QUARTA-FEIRA) – Reunião da Coordenação da Capital, às 18 h.**

• **Dia 10 (SÁBADO) – Proposta de ida da categoria ao desfile no Sambódromo.**

• **Dia 21 (QUARTA-FEIRA) Conselho Deliberativo, no SEPE/RJ, às 18h.**

• **Dia 24 (SÁBADO) Assembleia às 10h, no ISERJ.**

PLs sobre Educação foram votados no fim do ano

No final de dezembro, o prefeito enviou para a Câmara de Vereadores uma série de Projetos de Lei (oito) relacionados à educação, que propunham mudanças no setor sem qualquer diálogo com a categoria. O Sepe foi ao Legislativo e pontuou a necessidade do debate destes projetos com a categoria, pois eles não corrigem as distorções, mantêm o plano de carreira que não valoriza profissionais e apresentavam uma série de lacunas, tais como:

1) PL 588- atual Lei 6315. Não reconhece a função magistério de AEI;

2) PL 589- mantém a exigência do plano de carreira para o enquadramento por formação na pós-graduação lato sensu. Ou seja, só seremos enquadrados se o governo quiser, pois só será concedido mediante critérios e números de vagas a ser estabelecido pelo poder executivo, observada a disponibilidade orçamentária e a

devida previsão na lei orçamentária anual. Além disso, ele não inclui os aposentados.

3) PL 590 – (atual Lei 6.321) Os secretários de escolas só irão incorporar a gratificação quando se aposentarem. Reivindicamos a incorporação ao vencimento já. Além disso, condiciona a gratificação ao critério de não ter nenhuma falta não abonada, o que inclui paralisações e greve.

4) PL 591- Não reconhece e nem equipara o vencimento de AEI aos profissionais com a mesma formação. Ainda legítima o trabalho de AEI como regentes de turma, sem reconhecer ou pagar pela função de professora. Além disso, condiciona a incorporação a disponibilidade orçamentária e devida previsão na Lei Orçamentária Anual. Após nossas argumentações, não foi colocada em pauta

5) PL 592- Não valoriza a formação em nível superior de agentes educadores II, inspe-

tores, inspetoras, merendeiros, merendeiras. Condiciona a disponibilidade orçamentária e devida previsão na Lei Orçamentária Anual.

6) PL 593- A educação especial tem muitas especificidades. Não há como tramitar um projeto assim. O líder do governo retirou este projeto de pauta.

7) PL 594- Pontuamos que neste ano, profissionais em estágio probatório puderam se candidatar e assumirão direções, portanto a matrícula em estágio probatório também deve ter amparo.

8) PL 595- atual Lei 6.316. Não altera em nada as parcelas de equiparação da hora/aula dos 22,5h. Apenas modifica a palavra “aumentado” por “equiparado”, para evitar que exista entendimento legal permitindo aumento salarial por este setor. Exigimos a incorporação da equiparação já.

Rede municipal tem que se mobilizar contra a Reforma da Previdência

Os profissionais das escolas municipais e demais trabalhadores têm que ficar alertas para a possibilidade de votação do projeto de Reforma da Previdência no Congresso em fevereiro. O governo Temer tenta a todo custo convencer a população e já gastou mais de R\$ 200 milhões em publicidade a respeito da “necessidade” de uma mudança na Previdência.

Os servidores públicos também estão no foco da reforma. Aumento do tempo de serviço e limitação do teto previdenciário foram incluídos no projeto que elegeu o funcionalismo como alvo prioritário a ser atingido pelas mudanças.

No âmbito municipal, o prefeito Marcelo Crivella já está se movimentando para mudar o sistema previdenciário municipal, in-

clusive, com a taxação de aposentados. Com a votação marcada para fevereiro (data indicativa) é necessário a mobilização de todos. Somente massivos atos de rua, com participação da população, paralisações e uma greve geral podem derrubar a votação desta reforma que mantém as regalias de uma elite e rouba os direitos dos verdadeiros trabalhadores a se aposentarem.

Repressão contra a professora Flávia Rodrigues da E.M.Tagore

A SME deu uma prova clara de falta de democracia, ao punir a professora Flávia Rodrigues, da Escola Municipal Tagore, pelo simples motivo da profissional – que era representante de escola eleita pela comunidade escolar -, ter confeccionado e colado um cartaz com as deliberações e análises do sindicato sobre os problemas da rede municipal e convocando para uma paralisação deliberada em assembleia.

A retaliação da SME veio sob a forma de retirada da profissional da escola e da classe especial e do PEJA, configurando uma perseguição individual e uma tentativa de calar a categoria.

O ataque contra Flávia Rodrigues não é só uma retaliação contra ela, mas um ataque direto à livre atuação sindical, direito assegurado na Constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Também faz parte de uma política de repressão e criminalização da luta dos movimentos sociais.

SME desconsiderou discussões nos Fóruns e propôs matriz com hora/aula de 60 minutos

Apesar de todas as discussões realizadas nos Fóruns criados para discussão de diversos temas pertinentes à educação municipal, envolvendo o sindicato, representantes das CREs, SME, funcionários, professores e diretores, a Secretaria não levou em conta o que foi discutido e apresentou uma proposta rejeitada pela maioria dos participantes.

A proposta de aumento do tempo de aula para 60 minutos apresentada pela SME nos faz acreditar que, na verdade, a constituição dos fóruns serviu apenas para o discurso de diálogo e representatividade, numa tentativa frustrada pela própria secretaria de construir uma imagem democrática para decisões já tomadas previamente nos seus gabinetes.

O Sepe se mostrou contrário à matriz com hora/aula de 60 minutos, já que ele aumenta a sobrecarga de trabalho (mais alunos, mais turmas, mais planejamentos, mais provas para corrigir) e empobrece o currículo dos estudantes.

Uma das pautas da grande greve de 2013 era justamente o retorno dos seis tempos. Por isso, defendemos a matriz com hora/aula de 45 minutos, também para PEI, PII, PEF de anos iniciais, por enriquecer o currículo, garantindo mais tempos de todas as disciplinas em todos os anos.

Mudanças no Plano de Saúde desagradam servidores

O prefeito Marcelo Crivella, mais uma vez causa um caos em nossas vidas com as mudanças no Plano de saúde dos servidores. As alterações feitas afetam milhares de profissionais, seus filhos, mães e pais. A coparticipação não foi discutida nem ao menos no Conselho de Administração.

A ASSIM, empresa escolhida pela prefeitura para administração do plano, alega o aumento da sinistralidade, mas não temos notícia de um estudo, com dados verificáveis, que comprove isso. Não há transparência nos valores do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor. O reajuste no plano de saúde foi de 25% mais coparticipação. O do nosso salário foi de 0% e ainda mudaram a data de pagamento.

**ASSEMBLEIA GERAL
DA REDE MUNICIPAL/RJ
24/02/2018
ISERJ - 10h
R. Mariz e Barros, 273
Praça da Bandeira**